

Presidente da “Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial”

Tenente-general
Mário de Oliveira Cardoso



Neste terceiro ano de evocações sobre a participação de Portugal na Grande Guerra (1914-1918), acordou a Comissão com a Direção da Revista *Militar* editar um outro número temático, agora sobre o Teatro de Operações (TO) europeu. Já em 2014, tinha a *Revista Militar* feito trabalho semelhante mas sobre as campanhas no TO africano.

Também agora se optou por selecionar e publicar alguns textos da época e convidar Sócios Efetivos, de hoje, para uma interpretação contemporânea do passado.

Uma reflexão sobre o que foi feito até agora pela Comissão reforça a nossa ideia de que a alguns atos públicos de homenagem aos Soldados Portugueses que participaram naquela guerra, não só inevitáveis mas de inteira justiça, era necessário incentivar a produção de textos e, de preferência, inéditos. Serão esses textos o legado deixado para os vindouros, da forma como interpretámos as razões do nosso envolvimento naquele conflito, 100 anos mais tarde, agora que não existe qualquer restrição à liberdade de expressão, conquistada que foi, a mesma, com a democracia efetiva.

Os historiadores consideram que a Grande Guerra marca um período determinante para a Europa política que dela resultou e a evolução que tem tido, até aos dias de hoje, parece evidenciar que ainda não foi encontrada a sua expressão final.

Para Portugal, a Grande Guerra foi, também, determinante, na medida em que nos inseriu (de novo) no espaço geográfico a que efetivamente pertencemos e por ter sido caracterizada pela forma pouco cuidada como os Governos de então - e foram muitos - encararam a política de Defesa Nacional. As lições do passado obrigam-nos a usar de prudência para que situações como as vividas então não voltem a repetir-se!

É que:

- Os Exércitos não se improvisam. Preparam-se;

- Os Exércitos não se armam quando é preciso. Têm que estar sempre prontos;
- Se parece ser possível que os Exércitos possam crescer em tempo de crise, é impossível que não possuam, em permanência, a capacidade mínima para uma resposta efetiva e credível;
- Se parece inquestionável a necessidade de existir uma retaguarda consciente da necessidade de ter umas Forças Armadas e que delas se orgulhe e nelas se reveja, compete a quem governa conduzir esse serviço de cidadania;
- Se as ameaças dos dias de hoje são difíceis de caracterizar e complexas (a doutrina militar designa-as, hoje, de híbridas^[1]), os Exércitos necessitam de uma preparação ainda mais cuidada, de Unidades Operacionais organizadas em permanência e constantes, com o treino suficiente para rapidamente se adaptarem às circunstâncias e não ficarem limitadas na sua operacionalidade por não estarem preparadas para o imprevisto.

Este número temático da *Revista Militar* é um convite à reflexão!

A disponibilização do acervo bibliográfico da *Revista Militar* é um bem precioso para todos os investigadores da nossa história, uma fonte de consulta para todos os que querem encontrar no passado razões para entender como chegamos aos dias de hoje, a manifestação do correto entender do dever de serviço público.

A *Revista Militar* cumpriu, e bem, a sua missão no âmbito do programa de Evocação do Centenário da Participação de Portugal na I Guerra Mundial.

^[1] Ameaça Híbrida: Capacidade de atuar de forma coordenada e integrada, combinando as potencialidades de uma força irregular com as de uma força regular, moderna, atual, para potenciar os efeitos que são capazes de provocar.